



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 1006812-03.2018.8.26.0037
Classe – Assunto: Embargos de Terceiro - Bem de Família
Embargante: Ivone Nunes Vicente e outro
Embargado: Edson Aparecido Pereira

Juiz de Direito: Dr. Rogerio Bellentani Zavarize

Vistos.

Trata-se de embargos de terceiro, alegando que são condôminas e residem no imóvel objeto de penhora nos autos do processo referido, desta Vara, execução movida pela parte aqui embargada. Requer a procedência dos embargos para desconstituir a penhora, já que não são partes naquela ação e o bem lhes pertence.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito, e de fatos já comprovados, de modo que é dispensada a dilação probatória (art. 139, II, e art. 355, I do Código de Processo Civil).

O pedido de expedição de mandado (págs. 83/84) não deve ser acolhido. A intimação para se manifestar foi dirigida ao endereço que o credor e embargado declarou que é seu e para o qual outras intimações foram encaminhadas e com validade (págs. 41, 67 e 82).

Reputa-se eficaz a intimação, conforme preconizado pelo art. 19, §2º, da Lei nº 9.099/95.

Os embargos de terceiro constituem um procedimento especial previsto para evitar seja atingido pela execução um determinado patrimônio de quem não é devedor.

A previsão legal consta do art. 674, caput, do novo Código de Processo Civil: "Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro."

O novo estatuto processual incluiu a ameaça de constrição como passível de discussão via embargos, pois a legislação anterior tratava apenas da efetiva constrição, através de "turbação ou esbulho" (art. 1.046, caput, do código revogado). Inovação positiva, ampliando a defesa do terceiro e mesmo evitando a efetivação da constrição.

Podem ser manejados pelo detentor do direito de propriedade, inclusive o fiduciário, como também pelo mero possuidor (art. 674, §1º).

O prazo para a oposição é até cinco dias após adjudicação, alienação por iniciativa particular ou arrematação, desde que antes da assinatura da respectiva carta (art. 675).

Na hipótese dos autos, o pedido deve ser acolhido.

As embargantes adquiriram partes do bem constrito por herança (págs. 61/62). A devedora do processo principal é condômina.

Com a inicial vieram documentos suficientes a demonstração do exercício da posse, por força da propriedade de parte do bem.

Não há outros meios de prova a serem produzidos. O embargado nem mesmo respondeu à ação, e os efeitos da revelia estão reforçados pelos documentos.

A prova colhida nos autos indica o acerto da pretensão. A mesma indivisibilidade do imóvel que justificou, em princípio, sua penhora por inteiro, agora permite o acolhimento, pois em caso de venda em leilão, a posse exercida pelas embargantes estaria inviabilizada.

Destarte, suficiente a demonstração da posse e da propriedade, diante do acervo probatório. Devem ser acolhidos os embargos e levantada a constrição.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTES os embargos de terceiro para determinar o levantamento da penhora efetuada nos autos da execução relacionada, e que tem por objeto o veículo descrito (----- placas). Sem sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15), ou seja, o equivalente a 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Com trânsito em julgado, providencie-se o necessário ao levantamento da constrição, certifique-se o desfecho nos autos da execução e arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 25 de julho de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006